



O desafio do endividamento

Conter a escalada da dívida pública está entre as prioridades nas campanhas de Lula e Flávio para evitar o colapso fiscal

» ROSANA HESSEL

Enquanto mais de 80% das famílias estão endividadas e o governo não para de criar edições do Desenrola para tentar estimular a economia via consumo, o endividamento público do país é uma das preocupações apontadas por especialistas em contas públicas. A situação é grave: o endividamento do país está retornando aos patamares recordes da pandemia da covid-19, mesmo sem que houvesse uma crise econômica ou de saúde. Essa é uma das razões para muitos agentes econômicos estarem inclinados a apoiar o candidato da oposição, que teria mais disposição em promover um ajuste fiscal a partir de 2027.

Até agosto, a Dívida Pública Bruta do Governo Geral (DBGG), que inclui governo federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e governos estaduais e municipais, chegou a 82,9% do Produto Interno Bruto (PIB), maior patamar desde março de 2021. Enquanto isso, a média dos países emergentes também subiu, mas está abaixo da do Brasil: 75% do PIB, em 2025, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Desde 2023, início do terceiro mandato de Lula, até agosto, o aumento desse indicador foi de 9,1 pontos percentuais em relação aos 73,5% do PIB de dezembro de 2022. Em valores nominais, o valor total da dívida pública bruta passou de R\$ 7,2 trilhões para R\$ 11,1 trilhões no mesmo período — aumento de R\$ 3,9 trilhões, o equivalente a cerca de 25 vezes o orçamento do Bolsa Família orçado para este ano (R\$ 158 bilhões). O problema não para por aí, porque as projeções da Instituição Fiscal Independente (IFI) mostram a DBGG chegando a 100% do PIB em 2027, no cenário base.

Previsão

A instituição ligada ao Senado Federal estima que será necessário um ajuste em torno de 2,1% do PIB, ou seja, mais de R\$ 250 bilhões. Alexandre Andrade, diretor da IFI, também reconheceu que é difícil comentar sobre o corte previsto por Flávio Bolsonaro, de mais de R\$ 200 bilhões, sem um detalhamento, mas lembrou que os aumentos de gastos recentes do governo tendem a reduzir o espaço para ajuste fiscal. Outras projeções do mercado apontam valores semelhantes, mas para o país voltar para o azul, o ajuste precisará ser maior, em algumas projeções indicam 4% do PIB, ou seja, o dobro da previsão mínima, o que não é uma tarefa fácil.

A instituição tem três cenários para as contas públicas: base, com ajuste gradual; otimista, com ajuste mais duro; e pessimista, sem ajuste. Em todos eles, não há retorno do superavit primário das públicas tão cedo. E, mesmo no cenário base, a dívida pública bruta atinge 100% do PIB no ano que vem. “Um corte dessa magnitude precisa abranger, por exemplo, revisão da política de valorização do salário mínimo, pisos constitucionais de saúde

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Esplanada dos Ministérios: expectativas e análises sobre a adoção de medidas para impedir que contas públicas avancem para patamares recordes, como na pandemia



Eu não estou dizendo que é para gastar à toa. Estou dizendo que é preciso um planejamento para regular os movimentos da economia, porque estamos em uma situação em que as políticas econômicas não conseguem coordenar a economia. É muito difícil coordenar"

Luiz Gonzaga Belluzzo, economista e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

e educação, fundos da reforma tributária e até aumentos do Bolsa Família. Todas essas despesas constituem medidas estruturais adotadas nos últimos anos sem fonte de financiamento apontada no Orçamento”, afirmou Andrade. Segundo ele, “realisticamente falando”, faz mais sentido um ajuste fiscal gradual para controlar algumas rubricas do gasto obrigatório em relação ao PIB, reduzindo a velocidade de crescimento da despesa.

“Para isso, seria inevitável revisar a legislação vigente para alterar critérios de elegibilidade de benefícios. Medidas administrativas, como as anunciadas pelo atual governo, parecem ter um alcance mais limitado e os valores a serem economizados seriam menores que os pretendidos no orçamento de 2027”, afirmou o especialista em contas públicas. “Considerando a economia política desse ajuste, não me parece factível pensar em um ajuste desse montante em um determinado ano. Isso exigiria muita capacidade de articulação do presidente eleito e a necessidade de o tema ser colocado no topo de uma agenda de governo. Não basta os auxiliares mais próximos ou mesmo os ministros da área econômica defenderem certas medidas se o presidente

não estiver convicto dessa necessidade”, acrescentou.

Impactos

Andrade analisou, ainda, que serão necessárias outras medidas acopladas ao ajuste fiscal, como a revisão dos supersalários no funcionalismo público e das emendas parlamentares, que cresceram vertiginosamente desde 2019, limitando o espaço para o ajuste.

O economista ainda alertou que um corte de R\$ 200 bilhões do Orçamento faria a política fiscal ficar contracionista, podendo acentuar os efeitos sobre a atividade econômica. “Os economistas já trabalham com a perspectiva de enfraquecimento da atividade no próximo ano, e uma contração forte da política fiscal pode vir a causar uma recessão”, afirmou. Esse mesmo alerta foi feito pelo economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ao comentar sobre o plano de corte de mais de R\$ 200 bilhões de despesas da campanha de Flávio Bolsonaro.

“Isso é uma repetição do que foi feito pelo Joaquim Levy (ex-ministro da Fazenda de Dilma Rousseff), que acabou botando a economia brasileira em dois anos de recessão”,



Os economistas já trabalham com a perspectiva de enfraquecimento da atividade no próximo ano, e uma contração forte da política fiscal pode vir a causar uma recessão"

Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI)

lembrou, citando as quedas sucessivas do PIB em 2015 e 2016. Na avaliação do economista, o programa bolsonarista está seguindo as opiniões dos economistas do mercado que dizem que é preciso cortar gastos. “Eu não estou dizendo que é para gastar à toa. Estou dizendo que é preciso um planejamento para regular os movimentos da economia, porque estamos em uma situação em que as políticas econômicas não conseguem coordenar a economia. É muito difícil coordenar”, disse.

“O problema é o seguinte: essa economia se movimenta a partir dos gastos privado e público. O gasto é que cria a renda. Quando você consome algo, isso é a renda da loja. Ao mesmo tempo, a loja vai demandar aos fornecedores de outras pessoas. Essa questão elementar é completamente desconsiderada pelo pensamento conservador. Então, não é para o governo sair gastando adoidado. É para ele planejar o gasto e escolher os projetos mais compatíveis com o crescimento da economia”, acrescentou Belluzzo.

O economista ressaltou que, no segundo governo Lula, “ele entregou superavit primário todos os anos, porque a economia estava crescendo”, porque a formação bruta de capital fixo, ou seja, o investimento público e privado,

que estava em 16% subiu para 22% do PIB. Já no segundo mandato do governo Dilma, com o ministro Joaquim Levy, o professor lembrou que “o governo cortou gastos, mas a taxa de juros subiu, provocando colapso na economia”.

Alerta

Belluzzo também alertou para as consequências de uma política econômica muito austera. “Há muitos exemplos nos livros e até em países vizinhos”, disse ele, citando a Argentina de Javier Milei, que teve uma explosão de pobreza após os cortes de “motosserra”.

Ao avaliar as propostas dos dois candidatos, o economista Ecio Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), destacou que as propostas de Lula não mostram mudança no que já está, tanto que a população deu o seu recado no primeiro turno ao colocar Flávio à frente dele na disputa para o segundo turno, com a diferença de pouco mais 2,2 milhões de votos.

Na avaliação dele, o programa de Lula não difere muito do que foi o terceiro mandato. “Eles até falam em alguma eficiência no gasto público, mas não especificam como. Uma reforma administrativa, que é algo importante,

não se argumenta ou se discute, porque isso geraria perda de votos”, pontuou. “E o que estamos vendo nos últimos dias é o anúncio de novos programas que ampliam ainda mais os gastos, o que resultará em novos aumentos na relação dívida-PIB”, lamentou.

De acordo com o professor pernambucano, o crescimento econômico só vai ocorrer se forem realizadas mudanças de regras que travam a economia, e, assim, haveria aumento de arrecadação sem a necessidade de aumento de imposto. Nesse sentido, elogiou a proposta da nova lei de liberdade econômica 2.0 e da reforma administrativa de Flávio. “Essas propostas tendem a ajudar bastante”, afirmou.

Na avaliação da economista Monica de Bolle, pesquisadora senior do Peterson Institute for International Economics (PIIE), apesar de Flávio ter um discurso que agrada ao mercado, é preciso ficar atento aos sinais. Ela vê semelhanças entre o discurso bolsonarista, a corrosão democrática promovida Donald Trump após as eleições e a ação autocrática de Viktor Orban, da Hungria, que destruiu as instituições para ficar no poder por 16 anos, entre 2010 a 2026. “Há um projeto de tomada de poder que vai mudar a Constituição e as instituições da República, como Orban fez”, alertou.

Belluzzo também demonstrou preocupação com os riscos crescentes que ultrapassam o lado econômico nessas eleições, diante da guinada para a direita de vários países vizinhos e na Europa. Para ele, o individualismo das pessoas está sendo decisivo para justificar essa tendência e a virada nas urnas em 4 de outubro.

“A minha expressão é a seguinte: democracia ou barbárie. É isso que nós estamos escolhendo”, afirmou Belluzzo.

GERAÇÃO DE RENDA

Setor estratégico emprega 129 mil

As atividades relacionadas ao setor de minerais críticos e estratégicos (MCE) para o Brasil somaram 129.423 empregos, em 2025, o equivalente a 57% dos 226.634 empregos da indústria extrativa mineral do país. Se comparado a 2023, houve crescimento de 8,6% no período.

Os dados são do Portal de Minerais Críticos e Estratégicos, lançado na última semana pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

As unidades da federação que mais empregam são Minas Gerais (62.631 postos de trabalho); Pará (27.047); e Bahia (9.147).

De acordo com o painel, 78% dos trabalhadores são homens,

enquanto 22% são mulheres, e as principais substâncias relacionadas a essas atividades são alumínio, ouro, ferro, cobre, terras-raras, nióbio, titânio e lítio.

A análise do mercado formal de trabalho da indústria extrativa mineral da plataforma foi realizada a partir dos microdados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No gráfico de empregos, relacionados aos MCE, 51.714 são de mão de obra qualificada, o equivalente a

23% de todos os empregos.

Os trabalhadores com ensino superior somam 30.707, que representa 14%. Destes mais de 30 mil postos de trabalho, 19.060 são ocupados por homens e 11.647, por mulheres.

Salários

Quando considerados os empregos gerados por tipo de mineral, o extrativismo que mais emprega é do ferro (70.027 postos de trabalho). Seguido por metais preciosos que somam 21.313 empregos.

Em 2025, as remunerações médias dos trabalhadores de níveis de

escolaridade fundamental, médio e superior foram respectivamente de R\$ 3.218; R\$ 4.142 e R\$ 11.856.

Os municípios com maior número de trabalhadores em atividades relacionadas aos MCE estão Parauapebas (PA), com 8.234 empregos; Nova Lima (MG), com 8.218; e Congonhas (MG), com 7.114. Para contribuir com a transparência e a divulgação de informações sobre o desempenho da mineração no país, o site apresenta informações de exploração, valor investido e produção e comércio exterior. Em 2025, o país tinha 1.012 áreas em produção que resultaram em R\$ 250,4 bilhões.

Divulgação Sigma Lithium



Mercado de minerais críticos exige mão de obra qualificada no país